Documento do Banco Interamericano De Desenvolvimento



**BRASIL**

**Programa de Desenvolvimento Turístico Do Pará (prodetur Pará)**

**(BR-L1243)**

**Relatório de Gestão Ambiental e Social**

**(RGAS)**

Equipe do Projeto: Adela Moreda (Chefa da Equipe, INE/RND); Joseph Milewski (Co-Chefe da Equipe, RND/CBR); Leonardo Corral (SPD/SDV); Bazilio Wesney (CSC/CBR); Maria da Cunha (VPS/ESG); Denise U. Levy (VPS/ESG); Andrés Consuegra (LEG/SGO); Heith Henderson (SPD/SDV); Carlos Lagos (FMP/CBR); Leise Estevanato (CSC/CBR); e Rosario Gaggero (INE/RND)

Índice

I. Introdução 1

II. Descrição do Projeto 1

A. Componentes de Infraestrutura do Programa 1

B. Caracterização Ambiental e Social da Área de Atuação do Programa 2

C. Análise de Alternativas 13

III. Normas do Projeto e Status de Cumprimento 13

A. Processo de Avaliação e Licenças Ambientais e Sociais 13

B. Cumprimento do Projeto com as Diretrizes Socioambientais do BID 15

C. Outros Requerimentos e Normas Aplicáveis 19

IV. Impactos e Riscos Socioambientais Chaves e Medidas Mitigadoras 20

A. Resumo dos principais riscos e impactos potenciais do Programa 20

B. Impactos e Riscos Ambientais 20

C. Impactos e Riscos Sociais 22

D. Impactos Positivos 23

E. Adicionalidade do BID 24

V. Gestão e Monitoramento dos Impactos e Riscos Identificados 24

A. Esquema de Gestão 25

B. Monitoramento e Supervisão 25

VI. Requerimentos a Serem Incluídos nos Acordos Legais do Projeto 26

ANEXO I 30

CUMPRIMENTO DE POLITICAS BID 30

|  |
| --- |
| Lista de Siglas e Abreviatura  |
| AAEAPABID | Avaliação Ambiental EstratégicaÁrea de Proteção AmbientalBanco Interamericano de Desenvolvimento |
| CONAMADSTEIAFLONAIPHANMPGSAPARATURPACPBAPDITSPETPGASPRODETURREXEXSEIDURBSETUR | Conselho Nacional do Meio AmbienteDoenças Sexualmente TransmissíveisEstudo de Impacto AmbientalFloresta NacionalInstituto do Patrimônio Histórico e Artístico NacionalManual de Planejamento e Gestão SocioambientalEmpresa Paraense de TurismoPrograma de Aceleração do CrescimentoPlano Básico AmbientalPlano de Desenvolvimento Integrado do Turismo SustentávelPlano Estratégico de TurismoPlano de Gestão SocioambientalPrograma para Desenvolvimento Nacional do TurismoReserva ExtrativistaSecretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e MetropolitanoSecretaria de Estado de Turismo do Pará |
| SEMASEOPTIUCUCPUGP | Secretaria de Estado de Meio AmbienteSecretaria de Estado de Obras PúblicasTerra IndígenaUnidades de ConservaçãoUnidades de ConservaçãoUnidade Coordenadora do ProgramaUnidade Gerenciadora do Programa |
| RIMA | Relatório de Impacto Ambiental |

1. Introdução

|  |  |
| --- | --- |
| País | Brasil |
| Setor | Turismo |
| Título do Projeto | Programa de Desenvolvimento Turístico do Pará - PRODETUR (BR-L1243) |
| Mutuário | Estado do Pará |
| Executor | Secretaria de Turismo (SETUR) |
| Tipo de Transação | Empréstimo de Obras Múltiplas |
| Custo Total do Projeto (USD) | 44,000,000  |
| Financiamento BID | 26,400,000  |
| Classificação Socioambiental | B |
| Duração do Projeto | 5 anos |

1.
2. Descrição do Projeto
3. Componentes de Infraestrutura do Programa
	1. O Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará – PRODETUR Pará (Programa), o qual é um empréstimo de obras múltiplas, consiste de cinco componentes: (1) Estratégia de Produto Turístico, (2) Estratégia de Comercialização, (3) Fortalecimento Institucional, (4) Infraestrutura e Serviços Turísticos e (5) Gestão Socioambiental.
	2. O Programa financiará estudos, pesquisas e outras ações voltadas a identificar e fortalecer o potencial turístico dos Polos selecionados (Componente 1); ações para incrementar a eficiência da promoção turística (Componente 2); e, ações para aumentar a capacidade institucional das instituições envolvidas na gestão turística e ambiental, assim como obras de infraestrutura básica nos Municípios do Programa (Componente 3 e 4). As obras previstas estão direcionadas a qualificar os produtos turísticos e/ou dotar áreas turísticas chaves de serviços básicos e serão, em geral, de médio e pequeno porte incluindo entre outros, a construção ou ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em várias localidades, construção ou revitalização de terminais turísticos hidroviários, construção de centros de referência ou centros de recepção de turistas, restruturação do sistema de transportes em localidades turísticas, e a construção e instalação de equipamentos de uso público turísticos. O Projeto não depende de instalações associadas, nem de infraestrutura auxiliar.
	3. Sendo um empréstimo de obras múltiplas, o Programa ainda não conta com as obras planejadas nem com as devidas licenças ambientais. Alguns dos projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário estão mais adiantados, mas ainda não contam com projetos executivos finalizados ou licenças ambientais. As demais obras serão desenhadas durante a fase inicial da execução. Em relação às obras de infraestrutura se antecipa que os potenciais impactos socioambientais durante a fase de construção podem ser evitados ou mitigados aplicando medidas tecnicamente estabelecidas, e geralmente incorporadas no licenciamento socioambiental de obras, as quais serão de toda forma requeridas como parte do processo de gestão socioambiental do Programa.
4. Caracterização Ambiental e Social da Área de Atuação do Programa
	1. **Área de Atuação do Programa**. O PRODETUR Pará se concentrará em três Polos Turísticos: Polo Belém, Polo Marajó, e Polo Tapajós, envolvendo seis Municípios (Figuras 1 a e b)[[1]](#footnote-1).
	2. O Plano Estratégico de Turismo (PET), realizado pelo Governo do Estado em 2001, identificou estes polos como prioritários, baseado em uma visão abrangente de tornar o Pará como o destino líder da Amazônia até 2020, e realizar o desenvolvimento econômico com respeito às características naturais e sociais existentes na região. Este desafio envolverá ações que permitam que o Estado seja, no futuro, percebido como um destino de eco- e etno-turismo com credibilidade, mantendo o perfil de destino prioritariamente de natureza (e.g., ecoturismo, cruzeiros fluviais, pesca esportiva, turismo rural, comunitário (vivencial) e de aventura), incorporando os valores da cultura local (e.g., festas populares, gastronomia, patrimônio étnico e cultural), e gerando produtos que ofereçam ao turista vivenciar sensações próprias sobre o modo de vida amazônico.
	3. O Pará, embora seja uma das regiões mais ricas do país em recursos naturais e potencial econômico[[2]](#footnote-2), apresenta algumas fragilidades importantes que têm impedido o setor turístico paraense de avançar no contexto econômico estadual ou nacional. Entre outros aspectos, há uma deficiência em relação à mão-de-obra qualificada nos destinos turísticos, além de uma forte precariedade quanto à infraestrutura de serviços básicos não só para o turista, como para toda a população. Outras deficiências são observadas nos serviços de transporte e de acessibilidade aos destinos turísticos, limpeza urbana, e drenagem pluvial, acentuada por processos de urbanização espontânea e desordenada, além de problemas relacionados à ausência de segurança pública, comunicação, transporte, educação e saúde.
	4. Segundo dados de 2010 apresentados no documento do PET, o volume total de turistas que chegam atualmente ao Pará é de aproximadamente 655 mil turistas por ano, com uma participação de 9% do turismo internacional na composição total. O crescimento médio anual do mercado internacional tem sido de 8%, e o nacional de 4%.



Figura 1.a. - Estado do Pará em relação ao Brasil

 

Figura 1.b. - Polos do PRODETUR – PA (Tapajós, Marajó e Belém).Fonte: Avaliação Ambiental Estratégica.

**Situação Socioambiental dos Polos**

*Polo Belém*

* 1. O Polo Belém, formado por Belém Continental e Insular, atualmente se destaca nos segmentos de turismo de negócios, ecoturismo e o turismo rural. Anualmente visitam o Polo cerca de 530,000 turistas.
	2. **Belém** é a capital do Estado. Tem população estimada de 1.408.847 habitantes (IBGE 2008), e está localizada às margens do rio Guamá, próxima à foz do rio Amazonas. É um dos principais portões de entrada da Região Norte, e pode ser acessado por via terrestre, aérea e fluvial. Possui uma geografia singular com uma área territorial de 1.065 km², entrecortada por rios, igarapés e canais, tendo dois terços de seu território formado por ilhas, das quais 39 são identificadas e habitadas. Belém tem como principais atividades econômicas a indústria e o comércio, que desde o período colonial já se faziam presentes através do mercado público Ver-o-Peso e dos galpões da Estação das Docas.
	3. Dentre as **terras insulares** trabalhadas no Polo Belém, a que possui maior destaque em termos turísticos é a *Ilha de Mosqueiro*, localizada na costa oriental do rio Pará, no braço sul do Rio Amazonas, ligada ao continente por uma extensa ponte. A *Ilha de Cotijuba*, situada na Baía do Marajó, a 18 milhas de Belém, é circundada por 20 km de extensão de praias, algumas desabitadas, e áreas de floresta praticamente inexploradas. A *Ilha de Caratateua* (Outeiro) está ligada ao distrito de Icoaraci através de uma ponte de concreto e seu acesso é feito por uma rodovia pavimentada. A *Ilha de Combu*, localizada na foz do Rio Guamá, possui uma área de 15 Km2 coberta por matas densas e grande quantidade da palmeira açaí. Nesta ilha está localizada a Estação Experimental do Museu Paraense Emílio Goeldi[[3]](#footnote-3), onde são desenvolvidos projetos de pesquisa científica visando o intercâmbio entre a ciência e o conhecimento popular.
	4. Belém é conhecida nacionalmente pelas festas religiosas, sendo a mais famosa a Festa do Círio de Nazaré, além de culinária peculiar, manifestações e tradições indígenas, e outras características de sua paisagem natural e cultural.
	5. Principais problemas e processos socioambientais do Polo Belém. O processo de urbanização, migração e desenvolvimento do Polo Belém ocorreu de forma desordenada e resultou no estabelecimento de algumas favelas, principalmente no entorno da Região Metropolitana de Belém. Atualmente, as ilhas também têm experimentando um maior fluxo migratório em consequência, principalmente, da criação de loteamentos residenciais e de veraneio, alguns oficiais e outros clandestinos. A expansão imobiliária que ocorre no Polo Belém tem provocado processos de erosão pelo desmatamento excessivo, e aumentado da pressão sobre recursos hídricos e outros recursos naturais. A ocupação desordenada das praias mais populares também contribui para a vulnerabilidade dos recursos naturais e das comunidades. Apesar da criação de algumas áreas protegidas (e.g., Parque Ecológico da Ilha do Mosqueiro), as invasões no Polo têm se constituído numa das maiores ameaças à conservação e à integridade dos recursos naturais existentes, além de outros problemas associados à segurança pública e provisão de serviços básicos. O sistema de abastecimento de água no Polo Belém é insuficiente frente ao constante crescimento da demanda, e, é praticamente inexistente em algumas das ilhas. Em alguns locais o abastecimento de água é proveniente de caixas d’água (Ilha de Cotijuba), e em outros, provém de poços artesanais e as comunidades não têm água encanada (Ilha de Combu). A deficiência do sistema existe tanto para a população como para os turistas.
	6. O sistema de esgotamento sanitário é igualmente deficiente. Apenas 6% da capital é coberta por serviços de esgoto. Nas ilhas, a rede atende a poucos domicílios (Mosqueiro e Caratateua), e é inexistente em Cotijuba e Combu. Neste sentido, o BID vem apoiando duas operações que se originaram da necessidade de expandir e melhorar serviços de água e saneamento básico tanto na capital como nas áreas da Bacia Estrada Nova (BR-L1065 e BR-L1069). Estas ações irão contribuir para diminuir o problema atual que enfrenta o Polo.
	7. Em relação ao lixo, o sistema de limpeza urbana é realizado pela Secretaria Municipal de Saneamento de forma regular, porém, o destino final do lixo coletado não tem soluções apropriadas. Existem cooperativas para coleta de material reciclável, mas de maneira geral, existe um acúmulo de resíduos em áreas de grande potencial turístico (por exemplo, mercados públicos, portos fluviais, orlas fluviais).
	8. O sistema de transporte urbano e coletivo de Belém e das ilhas é igualmente deficitário. Enquanto nas ilhas, o problema ainda não é significativo[[4]](#footnote-4), na cidade de Belém são constantes os congestionamentos e o sistema viário dá sinais de saturação. O problema se agrava no que tange ao transporte fluvial, que em geral é feito até as ilhas através de embarcações antigas, com infraestrutura fora dos padrões de segurança, e confiabilidade, e sem controle dos riscos e impactos causados por derramamento de óleo e outros efluentes. Estas condições representam riscos para o turista e comprometem a qualidade dos serviços turísticos potencialmente oferecidos nas áreas de maior atratividade.
	9. Além das dificuldades apontadas, o Polo Belém experimenta ainda problemas relacionados a sistemas de drenagem ineficientes, frente às constantes inundações e enchentes dos rios da região, assim como interrupções do serviço de energia elétrica, iluminação pública e falta de segurança pública.
	10. Quanto ao uso turístico, nas ilhas, é mais comum a prática do turismo de base comunitária (e.g., ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, quilombolas, e outras comunidades), do que o turismo histórico e cultural que acontece com mais frequência em Belém. As ilhas recebem em média entre 2 e 5 mil visitantes nos finais de semana, e chegam a dezenas de milhares durante as férias.[[5]](#footnote-5) O artesanato, a música paraense, e a cozinha regional, considerada uma das mais autênticas do país, colocam o Polo numa posição de destaque em relação ao outros destinos turísticos do país.
	11. Áreas Protegidas. No Polo Belém existe áreas que são intensamente visitadas por turistas locais e nacionais, e que serão, portanto, objeto do PRODETUR[[6]](#footnote-6). Por exemplo: Parque Ecológico da Ilha do Mosqueiro, Área de Proteção Ambiental – APA da Ilha do Combu, APA dos mananciais de abastecimento de água de Belém e Ananindeua, Parque Ecológico do Município de Belém, além de outras áreas verdes como o Bosque Rodrigues Alves, Jardim Botânico da Amazónia, o Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi, o Parque Ambiental Mangal das Garças, e o Parque Estadual do Utinga. As principais áreas protegidas estão descritas no quadro 1 abaixo, segundo a categoria de manejo e a jurisdição ou órgão gestor. Ao contrário das unidades de conservação sustentável, as unidades de proteção integral, não permitem uso ou a presença de comunidades dentro delas.

### Quadro 1: Unidades de Conservação existentes no Polo Belém

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **UC** | **CAT. MANEJO** | **ÁREA (km2)** | **ATO LEGAL** | **Plano de Manejo** | **MUNICÍPIO** | **ÓRGÃO GESTOR** |
| Parque Estadual do Utinga - PEut | Unidade de Proteção Integral | 12,06 | Dec.nº1.552de 03/05/1993 | Sim (1994). Em processo de atualização | Belém | SEMA |
| APA dos mananciais de abastecimento de água de Belém e Ananindeua | Unidade de UsoSustentável | 60,20 | Dec..nº 1.55103/05/1993 | Não | Belém e Ananindeua | SEMA |
| APA da Ilha do Combu | Unidade de UsoSustentável | 15,00 | Lei nº 6.803de 13/11/97 | Em elaboração | Belém | SEMA |
| Parque Ecológico do Município de Belém | Unidade de Proteção Integral | 0,35 | Lei nº 7.539de19/11/91 | Não | Conj. Médice II Belém | Município |
| Parque Ecológico da Ilha do Mosqueiro | Unidade de Proteção Integral | 1,8 | Dec.nº26.138/93PMB11/11/93 | Não | Ilha do Mosqueiro | Município |

*Polo Tapajós*

* 1. Apesar da ampla área geográfica do Polo Tapajós, apenas os municípios de Santarém e Belterra foram selecionados para o Programa. O Polo apresenta possibilidades para o turismo náutico (cruzeiros), turismo de pesca (pesca esportiva), turismo de sol e praia e, principalmente, uma enorme oferta de atrativos naturais (e.g., florestas, igarapés) com várias Unidades de Conservação que o priorizam como um destino para o ecoturismo e o turismo científico. Em geral, tem recebido cerca de 60,000 visitantes por ano.
	2. De grande relevância dentro do cenário amazônico, o Polo está estrategicamente posicionado na porção central do rio Amazonas entre as capitais Belém e Manaus, e é uma área em processo de grandes transformações socioeconômicas, impulsionadas pela abertura de novas fronteiras agrícolas, mineração, e escoamento da produção através de grandes portos.
	3. Na região existe uma densa tradição cultural indígena, expressa tanto nas várias heranças étnicas (festa do Sairé, artesanato tapajônico e gastronomia,) como na própria presença de etnias indígenas, algumas remanescentes[[7]](#footnote-7), como os Mundurucus, Arapiuns e os Borari, além de outras que embora localizadas em municípios limítrofes são aglutinadas por este Polo. O Município de Santarém serve como referência para populações das seguintes etnias: Arara Vermelha, Arapium Borari, Tapajó, Tupaiu, Tapuia, Kumaruara, Munduruku-Taquar, Apiaká, Jaraqui e Tupinambá. Ao extremo norte do Polo Tapajós, encontram-se outras TI, entre elas, as de Trombetas-Mapuera, Nhamundá-Mapuera, cujas populações estão localizadas no município de Oriximiná, Faro, Juruti e Terra Santa.
	4. O Programa poderá afetar direta ou indiretamente estas populações. No entanto, como se descreve na seção relativa aos potenciais impactos, se adotarão medidas para potencializar a participação destas populações nos benefícios do Programa, e para prevenir impactos adversos em suas áreas, seja pela entrada de visitantes, ou por outros tipos de pressão sobre o uso da área que resultarão de um potencial aumento do fluxo turístico na região. Entre outras medidas, o Programa adotará um protocolo de intervenção que garantirá acima de tudo a realização de uma consulta culturalmente apropriada e adequada para os fins do Programa.
	5. O Município de **Santarém** é a principal cidade do oeste paraense e a segunda mais importante do Estado do Pará. Tem uma população estimada em 274.285 habitantes (IBGE, 2007). Sua economia está baseada nos setores de comércio e serviços, no ecoturismo, nas indústrias leves e de beneficiamento, como madeiras, olarias, panificadoras, agroindústrias, beneficiamento do látex, de arroz, e castanha. Destaca-se também o beneficiamento do pescado, já que é uma área rica em recursos pesqueiros. O Município de **Belterra**, por sua vez, se manteve estagnado. Tem uma população aproximada de 12.000 habitantes (IBGE, 2007) e seu crescimento está comprometido por falta generalizada de oportunidades de emprego e de diversificação da economia. As principais atividades econômicas se restringem à agricultura, pecuária, pesca e extrativismo vegetal de subsistência.
	6. O maior potencial turístico no Polo é a própria natureza e os recursos naturais existentes nos dois Municípios. Além das várias Unidades de Conservação, os municípios apresentam singularidades relacionadas aos recursos naturais, como por exemplo, o encontro dos rios Tapajós e Amazonas, que é um fenômeno raro e atrai muitos visitantes anualmente. Os principais atrativos naturais de Santarém são: Serra de Piquiatuba, Morro do Alter do Chão, Vila de Alter do Chão (onde acontece a tradicional Festa do Sairé), Lagos Mapiri, Papucu, Verde, Maicá, Grande do Curai e Taparí, e, praias de Ponta de Pedras. As atividades mais procuradas são: passeios com contemplação de exemplares da fauna e da flora regionais, como garças, marrecos, anta, tatu-canastra, tamanduá-bandeira e peixe-boi e os peixes, pirarucu, tucunaré, tambaqui, e cobras, como a jiboia, coral, sucuri e cascavel.
	7. Áreas Protegidas. As principais UCs existentes nos dois municípios são: a Floresta Nacional de Tapajós (FLONA de Tapajós); a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (RESEX); e, a Reserva Florestal do Palhão, além da Área de Proteção Ambiental (APA) de Alter do Chão/Aramanaí. Os igarapés em Belterra também figuram como atrativos por conta de suas belezas naturais, águas claras, e presença de fauna exótica e plantas raras, mas não são protegidos através de UCs. O Quadro 2, a seguir, apresenta características das áreas protegidas que incidem sobre o território do Polo.

### Quadro 2 – Unidades de Conservação existentes no Polo Tapajós

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CATEGORIA DE MANEJO E DENOMINAÇÃO** | **ÓRGÃO GESTOR** | **ÁREA NO ESTADO (ha)** | **ATO DE CRIAÇÃO** | Plano de Manejo | **LOCALIZAÇÃO** |
| Floresta Nacional do Tapajós | ICMBio | 545.000 | Decreto no. 73.684, de 02 de1974 | Sim | Santarém |
| Reserva Extrativista Tapajós - Arapiuns | ICMBio | 647.617,74 | Decreto s/n de 6 de novembro de 2008 | Sim | Santarém e Aveiro |
| Reserva Florestal do Palhão | SEMA | 1.172,735 | Decreto Estadual no. 6.063, de 03/05/68 | Não | Santarém |
| Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão-Aramanaí | SEMMASEMAT | 27.970 | Lei no 097, de 30/05/2003 e Lei no 17.771, de 02;07;2003 | Não | Belterra |
| Área de Proteção Ambiental Praia de Aramanaí. | PrefeituraMunicipal deBelterra | 10.985 | Lei nº 097, de30/05/2003 | Não | Belterra |
| Área de Proteção Ambiental Praia de Alter-do-Chão | Prefeitura Municipal de Santarém | 16.180 | Lei nº 17. 771,de 02/07/2003 | Não | Santarem |

Fonte: AAE 2012

* 1. Terras Indígenas (TI). Nos últimos anos, o Brasil tem experimentado avanços significativos nos processos de regularização fundiária das Terras Indígenas. Em 2010, há registro de que 24,6% do território paraense estão oficialmente demarcadas como TI, distribuídas em 52 municípios e ocupadas por uma população ascendente de aproximadamente 32.840 indígenas. Vinte novas áreas indígenas estão em estudo para sua futura demarcação. As TI do Pará acham-se distribuídas em seis meso-etnoregiões.

A meso-etno-região Santarém/Itaituba é a que inclui Belterra e Santarém. No total existem oito TI, perfazendo um total de 14.237 indígenas, o maior agregado populacional indígena do estado[[8]](#footnote-8). As TI desta região estão cercadas por diversos tipos de UC, configurando um mosaico significativo de áreas protegidas, onde as TI são componentes importantes, embora não centrais, já que a sua extensão territorial é bem diminuta em comparação as demais UC existentes no território. Existem sobreposições das TI às UC, o que gera potenciais situações de conflito. Por exemplo, a TI Bragança-Marituba e Munduruku-Takaquara possuem 100% de seus territórios sobrepostos à FLONA Tapajós. Esta sobreposição apresenta oportunidades e desafios para o projeto que serão avaliados para determinar como proceder em relação a estas comunidades para propiciar sua participação sem interferir no processo de reivindicação e adjudicação de terras.

* 1. Principais problemas e processos socioambientais do Polo Tapajós. Existe uma degradação generalizada no Polo, principalmente sobre os ambientes da floresta original, inclusive dentro de áreas protegidas. Esta degradação é fruto do desmatamento clandestino, da ocupação desordenada da terra por invasores, da expulsão de famílias das pequenas propriedades na zona rural, assim como da venda ilegal de terras por grileiros. A invasão de áreas pesqueiras coletivas por pessoas ou empresas de fora dos municípios para a realização de pesca e ou da caça predatória, compromete o ecossistema natural do Polo e a subsistência das comunidades.
	2. O processo de ocupação da região de Santarém se deu, em particular, para garantir a posse das terras da região Amazônica, tanto do ponto de vista militar, como religioso, e as razões para a exploração económica não foram menos prejudiciais ao ambiente. A região foi explorada para o cultivo do cacau, madeira, e produção da borracha, incentivados, principalmente por Henry Ford, que fundou várias comunidades na área -- algumas ainda existentes. O processo de ocupação resultou, portanto, em processos desordenados, e, principalmente, na falta de infraestrutura básica de saneamento, abastecimento de água, iluminação e limpeza pública, além de dificuldades quanto à sua acessibilidade, segurança e saúde pública.
	3. A região padece de um sistema adequado de abastecimento e tratamento de água. No período de alta estação turística é frequente a falta de água, principalmente nas áreas onde estão os grandes atrativos (e.g., Alter do Chão). O Polo é igualmente deficitário com respeito ao esgotamento sanitário, sendo em geral utilizadas fossas sépticas sem um serviço de coleta sistemática por parte do órgão público responsável.
	4. A qualidade dos recursos hídricos no Polo sofre riscos em razão da disposição inadequada de resíduos sólidos e efluentes domésticos. Em Belterra, o lixo é depositado de forma inadequada, próximo a uma área protegida (APA de Aramanaí), e, em Santarém, apenas 70% dos domicílios recebe serviços de coleta de lixo. Embora o nível de balneabilidade das praias fluviais seja considerado excelente, o potencial aumento do fluxo turístico e populacional em virtude do turismo para estas áreas poderá fragilizar ainda mais o ambiente, e colocar em risco a qualidade dos recursos e o desenvolvimento das atividades do turismo no Polo.
	5. O sistema de saúde e segurança do Polo Tapajós apresenta-se igualmente deficiente. Não existe um número adequado de leitos, os equipamentos são antigos, e os profissionais nos hospitais e postos de saúde não são suficientes para atender a demanda. Este cenário, aliado à distância entre as localidades agravam ainda mais a situação da saúde na região. São comuns os acidentes com animais peçonhentos, que exigem assistência médica imediata, por exemplo. Esta realidade compromete o turismo local, pois o atendimento dos visitantes pode ser afetado. Em relação à segurança pública, foram registrados alguns casos de assaltos a embarcações de turistas, e não existem locais policiais próximos às UC que recebem o turista.

*Polo Marajó*

* 1. O Polo Marajó, está localizado no Arquipélago do Marajó, na foz do Rio Amazonas, região de maior biodiversidade do mundo, é considerado o maior delta fluvio-marítimo do mundo. Segundo o censo de 2007, tem aproximadamente 332,000 habitantes. Embora constituído por 12 Municípios, o Programa incorpora apenas três dos seus municípios: Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras. Caracterizado por suas tradições milenares, arqueológicas e riquezas naturais e humanas, o arquipélago apresenta atrativos naturais espetaculares para a realização de ecoturismo e de turismo rural. Além de praias fluvio-marítimas paradisíacas, o arquipélago é conhecido também por suas tradições milenares, arqueologia e riquezas naturais, além da gastronomia, artesanato marajoara e manifestações folclóricas, demonstradas nos eventos locais. Em média chegam anualmente cerca de 67,000 turistas ao arquipélago. A grande maioria que visita a área é oriunda do próprio estado do Pará, mas chegam visitantes de outros estados (e.g., São Paulo, Amapá, Minas Gerais) e internacionais (França e Estados Unidos, principalmente).
	2. O principal meio de acesso a Ilha de Marajó se dá por via fluvial, e dura em torno de 3 horas. O acesso terrestre na Ilha é considerado bom, tendo excelente pavimentação e boa sinalização. Um dos problemas, no entanto, é a falta de conectividade via terrestre entre os municípios. O visitante que está em Soure ou Salvaterra, por exemplo, tem que retornar a Belém para ter acesso a Ponta de Pedras. Em geral, as condições de transporte hidroviário são precárias, sendo a frota de transportes fluviais antiga, se sem condições adequadas para a segurança dos passageiros, inclusive nos locais de atracagem dos barcos. Esta situação compromete a segurança da comunidade e dos visitantes.
	3. O Município de **Soure** possui uma população estimada de 21.395 habitantes (IBGE, 2007). É banhado por rios, entre eles o Paracauari, que serve de limite com o Município de Salvaterra, e possui ainda um grande número de igarapés, que aumentam consideravelmente na época do inverno (chuvas). A pesca, portanto, exerce um papel importante, sendo a segunda atividade econômica do município, mas que já começa a sofrer pressão da pesca comercial, sendo ainda em seu estado rudimentar, a segunda atividade econômica do município. A principal atividade econômica ainda a pecuária, em especial a criação de búfalo, com grande aproveitamento comercial. O leite e o queijo de búfalo são produzidos nas fazendas e comercializados na cidade e na área rural. O comércio e a agricultura não têm uma expressão economicamente significativa para o município, apresentando baixo rendimento e baixo nível de emprego.
	4. O Município de **Salvaterra** possui uma população estimada de 17.077 habitantes (IBGE, 2007). A vegetação predominante é do tipo campestre, com campos herbáceos, de gramíneas e savanas. Nas terras firmes, onde primitivamente havia a Floresta Densa dos Platôs, o desmatamento favoreceu o aparecimento das capoeiras ou florestas secundárias em diferentes estágios de regeneração, intercaladas com cultivos agrícolas de subsistência, como milho, arroz e mandioca, além do abacaxi, muito expressivo no município. Durante muitos anos, a economia local concentrou-se na pecuária, na pesca e no cultivo do coco da baia. Hoje, o cultivo do abacaxi passou a ser uma das principais fontes da economia local, além da criação do gado exportado para a capital. As vilas da zona rural vivem economicamente da pesca artesanal, sendo Jubim, Joanes e Salvaterra os maiores centros pesqueiros. Nestes locais existem várias comunidades de pescadores artesanais. Com relação aos aspectos sociais a região aponta para áreas de ocupação irregular, com grandes índices de vulnerabilidade social. Destaca-se a ausência de emprego, a informalidade da tenência da terra, o abuso sexual de crianças e adolescentes, a desestruturação familiar e o consumo de drogas.
	5. O Município de **Ponta de Pedras**, terceiro município beneficiado pelo Programa no Polo Marajó, possui uma população estimada de 24.276 habitantes (IBGE, 2007). O município apresenta igualmente uma paisagem exuberante, com vários rios (Arari, Anabiju, Anajás Grande e Marajó-Açu), e cobertura vegetal com predominância da Floresta Amazônica. Por esta razão apresenta um conjunto ideal para a prática do ecoturismo e também do turismo científico. A atividade econômica está baseada na extração vegetal, com destaque para a produção de açaí e palmito. A atividade agrícola está presente em todo o município, com ênfase para o cultivo do coco da baia e na cultura de subsistência do arroz, feijão, mandioca, milho e banana. A produção é comercializada sem processo de transformação e os produtos são vendidos de acordo com o nível de produção e beneficiamento. A pesca artesanal de rede, linha, tarrafa, curral, e espinhel de peixe e camarão é de extrema importância para subsistência da maioria da população e começa a sofrer pressão da pesca comercial. Em relação aos aspectos sociais, o município apresenta baixo índice de desenvolvimento humano, com altos índices de vulnerabilidade social, analfabetismo e mortalidade infantil.
	6. Áreas protegidas. O quadro a seguir apresenta as UC existentes no arquipélago. Além destas, encontra-se em fase de obtenção do Diploma Legal a Reserva da Biosfera do Arquipélago do Marajó – REBIMAR. Também em fase de criação o Parque Estadual Charapucu, e os estudos para a criação de mais dois Parques Estaduais e uma Reserva Biológica – REBIO – em regiões do Polo a serem definidas, segundo a Coordenadoria de Ecossistemas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA. Não existem Terras Indígenas nos três municípios incluídos no Programa.

### Quadro 3 – Unidades de Conservação existentes no Polo Marajó

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Categoria de Manejo e Denominação | Orgão Gestor | Área no Estado(km2) | Ato de Criação | Plano de Manejo | Localização |
| Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó – APA Marajó | Secretaria de Estado do Meio Ambiente | 55.000 | Artigo 13, Parágrafo 2 da Constituição do Pará (1989) | Não | Arquipélago do Marajó |
| Reserva Extrativista Mapuá | ICMBio | 94.46 | Decreto Presidencial 20/05/2005 | Não | Município de Breves |
| Reserva Extrativista Terra Grande – Pracuúba. | ICMBio |  194.70 | Decreto Presidencial 15/16/16 | Não | Municípios de Curralinho e São Sebastião da Boa Vista |
| Reserva Extrativista Marinha de Soure. | ICMBio | 23.93 | Decreto Federal 20/11/01 | Sim | Soure |
| Reserva Ecológica da Mata do Bacurizal e do Lago Caraparú. | Secretaria Municipal de Meio Ambiente | 2.35 | Lei Municipal n. 109 de 19/06/1987 | Não | Salvaterra |

* 1. Principais processos e problemas socioambientais no Polo Marajó. Os três municípios estão em processo de crescimento, porém a maioria da população ainda vive em áreas rurais, de fazendas (agrícola ou pecuária), e de áreas ribeirinhas. Como a oferta de emprego é limitada, existe uma forte migração marajoara para Belém, para buscar melhores condições de vida. Grande parte do território destes municípios está sob algum nível de proteção – a Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó, por exemplo, cobre a totalidade do território, e existem várias Reservas Extrativistas que deveriam propiciar um uso adequado dos recursos naturais. No entanto, este tipo de proteção não tem conseguido controlar o uso predatório dos recursos naturais, e o uso inadequado de agrotóxicos, a exploração de minérios como areia, pedra e barro, pecuária extensiva, e a pesca predatória, são fontes de degradação que resultam em erosão, assoreamento, perda da qualidade da água, e destruição da biodiversidade existente na Ilha. O Polo não tem um sistema adequado para a coleta do lixo, que é depositado a céu aberto, causando a poluição da praias, afetando a saúde da população e pondo em risco a atratividade turística da região.
	2. Em termos de gestão ambiental, a dimensão territorial e a abrangência de uma série de instituições nos diversos níveis de atuação (federal, estadual, municipal) criam desafios para a governança das áreas, resultando na necessidade de mecanismos de coordenação claros e efetivos, além de um trabalho de fortalecimento da estrutura organizacional e de recursos de infraestrutura e de serviços para que possam desenvolver a atividade de forma satisfatória. Estas necessidades serão tratadas dentro do componente de fortalecimento institucional do Programa.
1. Análise de Alternativas
	1. O enfoque do presente Programa é resultado de um extenso processo de análise e planejamento, sendo os mais importantes: (i) Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS; (ii) Estratégia Turística do Pará 2011-2020; (v) Prodetur Nacional – Planejamento do Polo Turístico do Pará (2008), e (vi) Avaliação Ambiental Estratégica (AAE, 2012). Estes documentos orientaram a tomada de decisão do Governo no sentido de investir no fortalecimento da atividade turística nos Polos Belém, Tapajós e Marajó, com ênfase especial no segmento do ecoturismo, devido ao forte patrimônio natural do Estado, a existência de áreas protegidas, e a expectativa de poder capturar um segmento enfocado em turismo da natureza (turismo científico, observadores de aves, turismo comunitário)
	2. Turismo de Base Comunitária. O interesse em promover turismo em áreas indígenas, quilombolas e ribeirinhas representa uma oportunidade atrativa de desenvolver uma alternativa econômica para estas comunidades, mas requer estudos adicionais, qualificação dos serviços, capacitação das comunidades, articulação institucional e estabelecimento de controles de fluxo e de acesso que assegurem que o turismo comunitário seja consistente com a valorização da cultura local e o respeito as comunidades e seus recursos, por um lado, e ofereça uma experiência genuína ao turista, pelo outro.

1. Normas do Projeto e Status de Cumprimento
2. Processo de Avaliação e Licenças Ambientais e Sociais
	1. Durante a preparação do Programa foi realizada uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) a qual identificou impactos e riscos potenciais e propôs possíveis medidas para a prevenção e mitigação dos mesmos.
	2. As visitas de campo realizadas pela equipe do projeto, corroboraram com os resultados da AAE e foi possível ainda identificar outros temas chaves e estratégicos para a sustentabilidade socioambiental do Programa os quais foram incorporados ao Componente 5, de Gestão Socioambiental. Entre estes aspectos, identificou-se a necessidade de:
		1. Apoiar um plano de comunicação, consulta e interação com as comunidades beneficiárias e afetadas pelo Programa, em especial as comunidades ribeirinhas, comunidades indígenas, assim como pequenos empresários envolvidos na cadeia produtiva turística (e.g., proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais, de transportes turísticos);
		2. Desenvolver um protocolo de atuação em assuntos indígenas, que permitirá uma aproximação mais sistemática e culturalmente apropriada às comunidades atualmente envolvidas em atividades relacionadas ao ecoturismo em áreas protegidas ou naturais (e.g., artesanato, turismo comunitário, aldeias representativas);
		3. Promover atividades de ordenamento do uso público de áreas prioritárias para o ecoturismo e de apoio ao zoneamento ecológico-económico de áreas importantes para o desenvolvimento turístico.
	3. Os demais investimentos que resultaram das análises feitas durante a preparação do Programa encontram-se descritos na seção IV deste documento (¶ 4.4 – 4.7). Estas atividades buscam assegurar uma boa gestão dos recursos e a participação da comunidade para garantir a preservação do patrimônio sociocultural e natural, e também contribuir a qualificação do produto turístico em si.
	4. **Licenças Ambientais**. Até o momento não existem licenças ambientais ou planos de manejo ambiental e social para os projetos propostos, uma vez que ainda estão em fases iniciais de preparação. No momento oportuno as licenças serão obtidas pelos órgãos responsáveis, em conformidade com as exigências constantes do Manual Operacional do Programa (MOP) (descrito na seção V deste documento).
	5. No contexto legal e institucional, as questões ambientais e sociais relacionadas ao Programa estarão apoiadas tanto nos preceitos legais e requisitos técnicos da política e diretrizes do BID, como pela legislação ambiental brasileira que rege as áreas nas quais se pretende atuar, inclusive a legislação estadual e municipal, no Pará, que conta com uma estrutura legal e institucional capaz de propiciar a execução das ações previstas em conformidade com todos os requisitos para a implantação, ampliação e melhoria de empreendimentos e atividades com potencial de impacto sobre o meio ambiente.
	6. Para as atividades relacionadas com as comunidades indígenas, o Programa estará ainda em conformidade com os preceitos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI-Decreto 7.747 de 5 de junho de 2012), e demais legislações e preceitos relacionados, assim como com a Política do BID (OP-765), relacionada a povos indígenas. Neste sentido, o plano de comunicação, consulta e interação com as comunidades beneficiárias e afetadas pelo Programa e o protocolo de atuação em assuntos indígenas serão desenvolvidos e implementados para assegurar que: (i) as comunidades indígenas, quilombolas ou ribeirinhas serão devidamente consultadas em qualquer aspecto que lhes possa afetar; (ii) atividades turísticas que envolvam comunidades indígenas ou quilombolas serão sócio-culturalmente apropriadas; e (iii) o programa incluirá estudos e iniciativas piloto de turismo comunitário/aldeias demonstrativas que propiciem a participação de grupos indígenas e quilombolas nas oportunidades de turismo em forma consistente com seus direitos e proteção de seus territórios e recursos, e assegurem a coordenação institucional relevante.
3. Cumprimento do Projeto com as Diretrizes Socioambientais do BID
	1. O Anexo II apresenta um resumo do cumprimento do projeto com cada política e diretriz socioambiental do BID.
	2. Baseado nas análises realizadas durante a preparação do Programa (e.g., avaliação ambiental, e avaliação institucional), a equipe determinou que a capacidade do executor de gerir os temas ambientais e sociais identificados constitui um fator de risco (OP-703, Diretriz B.4), em parte porque a gestão destes temas depende de uma colaboração bem-sucedida com inúmeras outras entidades (e.g., FUNAI, IPHAN, SEMA, ICMBio, Secretaria de Obras, Secretaria Extraordinária para Municípios Verdes). Sendo assim, o tema de coordenação institucional é um aspecto chave do sistema de gestão do Programa e será incorporado às ações de fortalecimento institucional da SETUR e PARATUR (Componente 2).
	3. **Consulta Publica**. Durante a preparação do Programa, e mesmo anteriormente, durante a elaboração da Estratégia de Turismo do Estado (Ver-o-Pará), foram realizadas várias consultas aos principais atores interessados e potencialmente afetados por estas ações. Em geral, a receptividade ao Programa foi positiva e o processo foi participativo, como se demonstra a seguir.
	4. Durante a conceptualização do Programa, a SETUR/PARATUR entrevistou os líderes comunitários, e realizou uma série de reuniões comunitárias para discutir as oportunidades, expectativas e conflitos potenciais resultantes de um potencial aumento do fluxo turístico na região. Os itens principais discutidos pelas comunidades incluem: deficiências na gestão ambiental dos Municípios do Programa (por exemplo, ausência de infraestrutura de serviços básicos); falta de oportunidades de trabalho e formação profissional na cadeia produtiva turística local; a dificuldade na implantação de medidas de conservação ambiental (por exemplo, problemas de desmatamento e caça ilegal); esgotamento dos recursos pesqueiros, resultando em menores oportunidades para as comunidades de pesca artesanal; e, potencial falta de recursos para a preservação da cultura local, como por exemplo, áreas especiais para divulgação e preservação de tradições indígenas, gastronomia, arqueologia e outros aspectos da cultura Amazônica. Todos os itens discutidos durante a consulta foram levados em consideração durante a preparação do Programa, conforme demonstrado na Tabela a seguir:

Tabela 1. Resultados de consultas realizadas como parte do Programa

|  |  |
| --- | --- |
| **Preocupação Consulta Publica** | **Resposta do Programa** |
| Abastecimento de Água e Saneamento Básico | O Programa apoiará investimentos em sistemas de água e saneamento em várias localidades nos Polos (Componente 4), e propiciará o desenvolvimento de novas tecnologias de saneamento em comunidades ribeirinhas que desenvolvem turismo de base e ecoturismo (Componente 5) |
| Preservação da Cultura Local | O Programa apoiará atividades transversais para promover entre outros, um projeto para a criação de uma escola de gastronomia da Amazonia (Componente 1); ações para desenvolver construções que incorporem aspectos de etno-engenharia, mantendo as características naturais locais (Componente 1); protocolos para atuação e intervenção em áreas indígenas (Componente 5). |
| Oportunidades para os Pescadores Artesanais | Um dos objetivos do Programa é a formalização de atividades turísticas conduzidas de maneira informal (e.g., comércio, guias, pesca) através de uma avaliação e incorporação destas atividades nas cadeias de valor formais, incluindo os pescadores que provêm recursos pesqueiros para os hotéis e resorts, e as atividades relacionadas à pesca recreativa ou esportiva. |
| Conservação do Meio Ambiente | O Componente 5 será dedicado exclusivamente à Gestão Ambiental e Social e irá incluir medidas específicas de educação e conscientização ambiental em todos os Polos; fortalecimento do Programa Municípios Verdes (PMV) nos Municípios que aderiram ao PMV; um sistema de monitoramento dos impactos das atividades de ecoturismo nas áreas selecionadas pelo Programa; fortalecimento da gestão ambiental dos Municípios, principalmente quanto a aspectos de coleta de resíduos sólidos; e, ordenamento da ocupação e do uso de áreas prioritárias para a visitação turística, visando estabelecer áreas públicas e evitar o uso desordenado e sem controle das mesmas.  |
| Oportunidades de Emprego/ Formação profissional | Um dos objetivos do Programa é a qualificação profissional, empresarial e de comunidades envolvidas em ações turísticas, propiciando a formalização do turismo informal e qualificação profissional, que resultarão em geração de renda através de maior participação nas cadeias de valor formais.  |

* 1. **Consultas Futuras e Comunicação**. O Programa estabelece que os requisitos de consultas públicas devam continuar para todas as atividades e intervenções do Programa, durante sua execução, principalmente aquelas que se relacionem com o desenvolvimento de produtos turísticos culturais e de natureza (ecoturismo), envolvendo populações tradicionais, ribeirinhas, e demais comunidades que vivem no entorno de áreas protegidas. As consultas futuras na fase de desenho dos projetos deverão ser documentadas e divulgadas como parte dos EIAs de acordo com a OP-703 e na fase de execução e operação deverão ser realizadas de acordo ao Plano de comunicação, consulta e interação com as comunidades beneficiárias e afetadas pelo Programa aprovado pelo Banco, que terá em conta os requerimentos específicos para consultas com comunidades indígenas e quilombolas estabelecidos na OP-765 do BID e na legislação nacional. A informação sobre como se procedeu à comunicação e consulta com os atores interessados para cada uma das intervenções do Programa deverá ser incluída nos relatórios semestrais enviados ao BID como parte do sistema de monitoramento e acompanhamento do Programa.
	2. **OP-703 Patrimônios Naturais**. Foi identificado como um risco ambiental do Programa os potenciais impactos relacionados a uma antropização excessiva das áreas turísticas, resultando em um considerável aumento de pressão sobre áreas protegidas nos três Polos (B.9), e o aumento na geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos (esgoto) (B.11). É preciso enfatizar, no entanto, que devido a presença de atividades de mineração (principalmente no Polo Tapajós), portuária na região de Belém e Santarém, assim como ausência de saneamento e gestão de resíduos sólidos em vários dos Municípios do Programa, a região já experimenta níveis elevados de poluição. Para prever um aumento de potenciais fontes de poluição vinculadas à atividade turística, o Programa contempla ações para fortalecer a capacidade de gestão ambiental dos Municípios e prevê medidas de mitigação propostas para estes casos. Por exemplo, além de requerer medidas apropriadas de gestão de resíduos e efluentes (B.11), no caso de necessidade de remoção de sedimentos ou outros materiais contaminados das áreas de intervenção do Programa, deverá ser preparado um plano de gestão ambiental e social que inclua a identificação, e eliminação apropriada dos materiais perigosos existentes (B.10).
	3. Embora nos últimos anos tenha havido um aumento significativo no número e intensidade de inundações em várias regiões do Estado, as análises realizadas não identificaram um risco potencial por desastres naturais nos lugares de intervenção do Programa.
	4. **OP-703 Patrimônio Cultural**. O Programa não prejudicará o patrimônio cultural. Pelo contrário, o Programa, inclui medidas para a preservação e restauração de monumentos e espaços públicos de importância histórica em cada um dos polos visando a recuperação e promoção de bens do patrimônio cultural físico e também imaterial. Em conformidade com a Diretriz B.9, o Programa irá identificar potenciais impactos nos sítios de importância cultural por meio da Avaliação de Impacto Ambiental, tomando-se as medidas necessárias para protegê-los inclusive melhor controle de sua capacidade de carga, medidas de preservação, interpretação e vigilância. Estas atividades serão devidamente coordenadas com o IPHAN e, no caso da cultura indígena com a FUNAI, quando necessário. Impactos de construção sobre sítios arqueológicos não foram identificados pela AAE, mas serão atendidos de acordo com o IPHAN ou por procedimentos de achados fortuitos quando identificados por avaliações ambientais de obras especificas. O diagnostico realizado pela AAE considerou potenciais impactos sobre a cultura local, tais como descaracterização do artesanato, aculturação vulgarização das manifestações culturais e ate a destruição do patrimônio histórico e contrabando de peças, indicando a necessidade de incluir as devidas medidas nos planos de gestão. O enfoque do produto sobre o turismo ecológico, cultural e comunitário ajudara a valorar o patrimônio cultural tanto físico como imaterial, com a expectativa que ambos sejam melhor preservados como resultado do Programa. As medidas de mitigação para estes impactos serão tomadas em conta nos estudos dos projetos e integrados no protocolo de atuação com comunidades e planos de gestão, segundo aplicável.
	5. **OP-710** **Política de Reassentamento Involuntário**. Um dos critérios de elegibilidade para o financiamento do projeto é que o terreno selecionado para a obra seja de propriedade ou domínio legal do estado e / ou do município, e não tenha qualquer pendência legal, como por exemplo, assentamentos informais ou realização de atividades econômicas (estes critérios estão incluídos no Manual de Operações do Programa). Não obstante, os estudos ambientais exigidos para a construção dos centros de referência turísticas (Componente 1), terminais hidroviários (Componente 4), e demais obras (saneamento, esgotamento sanitário, etc.), deverão incluir critérios de seleção para identificar potencial reassentamento das famílias e / ou de atividades econômicas. Se for necessário, o Programa deverá preparar os planos de reassentamento e incluir seus custos no orçamento das obras respectivas, antes da licitação das obras correspondentes, em conformidade com a OP-710 Política de Reassentamento Involuntário.
	6. **OP-765 Povos Indígenas.** A Política de Povos Indígenas do BID se aplica as populações tradicionais, e quilombolas que vivem na área de atuação do Programa. A definição de povos indígenas segundo a lei brasileira é baseada na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece comunidades indígenas como aquelas cujas condições sociais, culturais e econômicas se distinguem de outras comunidades nacionais, e têm situação legal estabelecida através de Lei ou Regulamento especial (Convenção 169, artigo 1, alínea (a)). As Comunidades Quilombolas do Brasil se ajustam a esta definição e são regidas pelo Decreto 11.850/09 da legislação nacional. Para evitar que estas comunidades sejam negativamente afetadas pelo Programa, será necessário assegurar que a seleção e desenvolvimento de produtos culturais não sejam discriminatórios, e que ofereçam um alcance culturalmente apropriado. Estas comunidades em geral sofrem o risco de não serem chamadas a participar dos processos de desenvolvimento destes produtos, porém, o Programa estabelece critérios claros quanto aos processos de comunicação e participação destas comunidades durante toda a implementação do Programa. Estes critérios estão definidos no PGSA e no Manual Operativo do Programa, em processo de preparação pela coordenação do Prodetur Pará. O componente de gestão ambiental também incluirá o desenvolvimento e implementação de um plano de comunicação, consulta e interação com as comunidades beneficiárias e afetadas pelo Programa, um protocolo de atuação em assuntos indígenas, e um componente de estudos e projetos pilotos em áreas de comunidades indígenas e tradicionais. Estas atividades buscam estabelecer modelos apropriados de participação das comunidades no desenvolvimento de produtos turísticos assim como de proteção de sua integridade na gestão do turismo em geral.
	7. **OP-761 Igualdade de Gênero em Desenvolvimento**. De acordo com OP-761, a análise de gênero deve ser realizada em projetos que apresentem riscos potenciais de gênero. Os riscos de gênero neste Programa estão associados a atividades relacionadas ao aumento do influxo de turistas, ao risco de atividades ilícitas como o turismo sexual e a discriminação de gênero no desenvolvimento das atividades produtivas, especialmente nas comunidades mais tradicionais. Estes fatores deverão ser considerados no desenho dos projetos e produtos, nos critérios de seleção para a capacitação da comunidade e a educação socioambiental e nos processos de consulta, marketing e disseminação.
	8. **P-102 Acesso à Informação.** A Avaliação Ambiental Estratégica, incluindo os resumos das amplas consultas públicas, será divulgada no site do BID e pelo organismo executor, em conformidade com a OP-102. Além disso, as futuras avaliações de impacto ambiental (incluindo as consultas públicas) serão divulgadas no site da unidade executora do Programa (SETUR) com links no site do BID sempre que possível.
1. Outros Requerimentos e Normas Aplicáveis
	1. Além da legislação e requerimentos supracitados, os seguintes preceitos têm relevância para o Programa: (i) Guias Voluntárias Akwé: Kon, estabelecidas em 2000, pela Conferencia das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica. Estas guias oferecem a orientação sobre como incorporar considerações culturais, ambientais e sociais sobre comunidades locais e indígenas, em estudos de impacto ambiental de obras que potencialmente podem afetar tais comunidades; (ii) Guias Ambientais, Sociais e de Saúde e Segurança, da Corporação Financeira do Banco Mundial (IFC).
	2. **Provisão e Monitoramento de Serviços Básicos**. Segundo a Constituição Brasileira (1988) os municípios são os responsáveis pela provisão de serviços básicos. No entanto, esta atribuição depende da capacidade institucional e financeira de cada município, principalmente em relação à provisão de serviços básicos, como água, saneamento e coleta de resíduos sólidos. A deficiência nestes serviços por parte das municipalidades pode representar um risco ao Programa. Para minimizar este risco, o Programa financiará tanto a implantação de sistemas de abastecimento de água e saneamento, assim como programas de fortalecimento dos mecanismos de gestão ambiental das municipalidades através do desenvolvimento de indicadores ambientais e de educação socioambiental, que deverão ser implementados durante a operação dos sistemas. Os indicadores serão monitorados através de parcerias entre o órgão executor e os municípios, já que esta colaboração tem se mostrado positiva e efetiva em projetos do Prodetur executados em outros Estados. Os resultados do monitoramento serão compartilhados com os grupos afetados e interessados através de atividades previstas no plano de comunicação, consulta e interação com as comunidades beneficiárias e afetadas pelo Programa.

1. Impactos e Riscos Socioambientais Chaves e Medidas Mitigadoras
	1. Os principais impactos e riscos relacionados ao presente Programa foram identificados com base nos seguintes elementos: (i) AAE; (ii) PDITS; (iii) visitas de campo; e, (iv) grupos de trabalho e reuniões com os técnicos ambientais e sociais da SETUR e o Banco. Um sumário dos impactos potenciais do Programa, positivos e negativos, diretos e indiretos, encontra-se no Anexo I. A seguir são apresentados os riscos e impactos mais importantes que poderão resultar de ações apoiadas pelo Programa.
2. Resumo dos principais riscos e impactos potenciais do Programa
	1. Entre os principais riscos ambientais e sociais destacam-se: (i) aumento nos níveis de antropização e ocupação desordenada, inclusive de áreas naturais sensíveis e frágeis (e.g., igarapés, orlas marítimo-fluviais, florestas, manguezais); (ii) aumento de pressão sobre os recursos naturais e biodiversidade considerados críticos para a conservação do meio ambiente; (iii) aumento da quantidade de resíduos sólidos e de efluentes sanitários produzidos nas áreas de influência do Programa; e, (iv) marginalização, exclusão ou exploração e aculturação de populações vulneráveis locais, por falta de acesso aos benefícios econômicos do turismo, como comunidades indígenas ou remanescentes, ribeirinhas, ou quilombolas.
	2. De maneira geral, as análises realizadas apontam para uma situação existente já bastante crítica, sobretudo no que diz respeito ao uso de recursos naturais, pressões sobre o uso do solo e fragilidade das populações que vivem nos locais mais procurados para se desenvolver ecoturismo e outros tipos de turismo (cultural, científico, pesca esportiva, etc.). Desta forma, uma preocupação fundamental do Programa tem sido e seguira sendo estabelecer medidas de controle e gestão que minimizem o risco destes problemas ser exacerbado ao longo do tempo, e em consequência do turismo. A estratégia adotada pelo Programa para abordar, prevenir e mitigar estes problemas encontra-se descrita a seguir.
3. Impactos e Riscos Ambientais
	1. Risco de aumento nos níveis de antropização e ocupação desordenada, inclusive de áreas naturais frágeis. O aumento do turismo na região poderá representar um forte aditivo na pressão antrópica que já existe sobre áreas ambientais sensíveis e vulneráveis. Nesse sentido, o Programa adotou uma visão abrangente do problema e propôs o estabelecimento de um zoneamento ecológico econômico (ZEE), priorizando o Polo Marajó. Em nível estadual, já existe um ZEE, mas a escala não é apropriada para apoiar no tipo de gestão ambiental que se pretende para as áreas de atuação do Programa no Polo Marajó. Portanto, a elaboração do ZEE para os três Municípios do Polo oferecerá a oportunidade de ordenamento das atividades econômicas em harmonia com os ecossistemas existentes, e com as características ambientais e sociais da região. Nos outros Polos, as ações financiadas através do componente de fortalecimento da gestão turística e ambiental darão subsídio para ordenar e monitorar o ordenamento e uso público das áreas, através de apoio a realização de planos de uso publico, estudos de capacidade de carga, e implementação de planos diretores Em especial, o Programa deverá fortalecer os Municípios nas ações de fiscalização e controle do uso do solo.
	2. Risco de aumento de pressão sobre os recursos naturais e sobre a biodiversidade. Nos três Polos, a degradação ambiental foi identificada como um dos maiores problemas ambientais. A ocupação desordenada da terra por invasores, e expulsão de famílias das pequenas propriedades na zona rural e venda ilegal, para a exploração madeireira, pesqueira ou caça ilegal, por exemplo, provoca conflitos entre as comunidades locais e contribui para a degradação do ambiente. Estas ações comprometem a qualidade dos recursos físicos e bióticos, como a fauna e flora da região, e colocam em risco a atratividade natural da região que é a âncora principal do turismo no Estado. Para mitigar estes riscos o Programa incorporou uma série de ações que visam por um lado, fortalecer a gestão ambiental dos Municípios, e por outro, fortalecer também as comunidades presentes na região para um posicionamento mais efetivo frente aos problemas de invasões e uso desordenado do solo. Nesse sentido o Programa apoiará:
		1. Medidas para fortalecer o ordenamento do uso do solo em geral com ênfase no uso público de áreas prioritárias para o ecoturismo, não somente em áreas naturais ou urbanas (e.g., através de melhor gestão e controle municipal), como também nas áreas protegidas. O Programa apoiará, por exemplo, estudos para ordenar o acesso e uso do solo e de espaços públicos dentro das UC existentes, e estudos para estabelecer a capacidade de carga nestas áreas.
		2. Ações para fortalecer a implantação do Programa de Municípios Verdes[[9]](#footnote-9) nos Polos, o qual incentiva os municípios a realizar um monitoramento intensivo sobre o desmatamento, além de priorizar o cadastro rural de propriedades, o qual ajuda na regularização e titularidade do uso do solo;
		3. Ações para promover melhor conhecimento e conscientização ambiental por parte das comunidades que vivem dentro e perto das áreas de atuação do Programa, para empoderá-las a realizar o monitoramento e controle de suas propriedades, no sentido de evitar danos e degradação do meio ambiente. O Programa deverá promover ações de educação e conscientização ambiental junto às comunidades ribeirinhas, quilombolas e remanescentes indígenas, além das populações urbanas e rurais dos seis Municípios do Programa. Oportunidades de participação nos produtos turísticos também contribuirão a oportunizar fontes alternativas de subsistência mais compatíveis com a conservação das áreas.
	3. Risco de poluição pelo aumento de resíduos sólidos e esgotos inadequadamente gerenciados. Em quanto ao tema de saneamento básico, o Programa inclui ações para a implantação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Ilha de Combú (Polo Belém), Belterra e Alter do Chão (Polo Tapojós), e Salvaterra (Polo Marajó). Estas ações beneficiarão principalmente a população local, serão devidamente licenciadas pelo órgão ambiental, e serão financiadas através do Componente 4 de infraestrutura. Nas áreas protegidas ou em áreas onde se desenvolve o turismo comunitário, o Programa apoiará o estudo e implantação de novas técnicas de saneamento nos locais de uso público, para reduzir risco de poluição nas áreas ou locais de maior uso público. Quanto a gestão de resíduos sólidos, embora o Programa não tenha previsto investimentos para a implantação ou melhoria de aterros sanitários, o tema deverá ser trabalhado no componente de fortalecimento da gestão turística e ambiental municipal, assim como no componente de gestão ambiental, através de ações de educação ambiental e através do PMV, que entre outras iniciativas, prevê um sistema de monitoramento de indicadores de qualidade ambiental dos Municípios inseridos no Programa. Além disto, outros Programas do Governo (e.g., Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)), continuarão a expandir a cobertura dos serviços básicos de coleta e tratamento de resíduos sólidos na região. A tendência é que, por meio desses Programas, haja um aumento importante nos indicadores de atendimento à população, aumentando, por conseguinte os coeficientes de qualidade dos rios que estão atualmente comprometidos.
	4. Plano de gestão socioambiental de obras. Além destes principais riscos, existe a possibilidade de impactos negativos ambientais que tipicamente ocorrem durante a fase de construção das obras. Esses riscos serão identificados, junto com suas medidas de mitigação, na elaboração dos projetos executivos das obras, nos estudos de impacto ambientais exigidos pelo órgão licenciador, e nas licenças propriamente ditas. Adicionalmente, os contratos com as empresas contratadas para a execução das obras deverão conter todos os requisitos e condições para controle e mitigação dos potenciais impactos sociais e ambientais. Estes requisitos serão exigidos e monitorados através de um plano de gestão socioambiental de obras, inserido no Componente 5, de Gestão Ambiental.
4. Impactos e Riscos Sociais
	1. Risco de marginalização ou exclusão de populações vulneráveis locais, por falta de acesso aos benefícios econômicos do turismo, como comunidades indígenas ou remanescentes, ribeirinhas, ou quilombolas. Nesse sentido, o Programa apoiará as seguintes ações para mitigar o risco de afetação negativa sobre as comunidades e populações vulneráveis presentes nos Polos:
		1. **Plano de comunicação, consulta e interação com comunidades beneficiárias e afetadas**. Esta ação incluirá o mapeamento dos atores afetados e suas relações, debilidades e fortalezas, e um conjunto de ações sistemáticas para informar-lhes sobre as atividades do programa e identificar preocupações a serem atendidas pelos planos de mitigação, assim como oportunidades a serem integradas no desenho dos produtos, capacitação da comunidade e educação socioambiental.
		2. **Protocolo de Atuação em Assuntos Indígenas e Comunitários**. Esta ação incluirá um conjunto de orientações técnicas e praticas para assegurar que no desenho e implementação de produtos sejam devidamente consideradas as particularidades socioculturais das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, tanto em termos de seu potencial como atrativo, como das medidas necessárias para respeitar a legislação aplicável assim como as normas culturais comunitárias. O protocolo será integrado a outros componentes visando assegurar sua adequação sociocultural e medidas que compensem a fragilidade das comunidades. O protocolo será integrado em um processo estudos e projetos pilotos, tais como melhoria da interpretação cultural, seleção de áreas ou aldeias para implantação de projetos piloto com finalidade demonstrativa, potencialização da produção e comercio de artesanato com resgate de técnicas ancestrais, etc., que busca servir de modelo para a interação efetiva e sócio-culturalmente das comunidades no desenvolvimento do turismo sustentável.
		3. **Marco de Compensação ou Restauração de Meios de Vida**. Esta ação consiste em incluir no Regulamento Operativo do Programa um marco de analise e gestão para os caso em que algum projeto especifico possa resultar no reassentamento de estabelecimentos residenciais, ou atividades comerciais ou produtivas, ou perda de acesso a recurso naturais que sejam parte da estratégia de subsistência de certos grupos, e cuja eliminação ou restrição signifique um risco de empobrecimento. O marco devera estabelecer uma metodologia de valoração dos ativos afetados, consulta com os grupos envolvidos, e acordo sobre a implementação de uma estratégia de reposição dos meios de vida, de forma que as condições de vida dos afetados sejam pelo menos equivalente, e preferivelmente melhores, que a original. Os custos de implementação das medidas de reposição deverão ser incluidasd no custo do projeto respectivo.
		4. **Mecanismo de registro e atendimento a consultas e reclamações**. Esta ação consistira no desenho e interpretação de um mecanismo acessível e imparcial de atendimento as preocupações e queixas das pessoas afetadas pelo Programa. O mecanismo estabelecera canais de acesso, um processo de registro, prazos de atendimento, e um mecanismo de mediação para os casos que não possam ser atendidos diretamente pelo pessoal responsável do programa.
5. Impactos Positivos
	1. ***Sociais***. O programa foi desenhado para resultar em impactos sociais positivos em questões como: (i) formalização de oportunidades de emprego em todos os Polos; (ii) apoio à geração de renda e igualdade de gênero através do reforço das cadeias de valor masculino e feminino na indústria turística e artesanal (e.g. cerâmica, couro ecológico, entre outros); (iii) apoio às comunidades ribeirinhas, remanescentes indígenas, indígenas e outros, através da recuperação da memória e preservação da historia cultural e tradições destas populações; (iv) identificação e preservação do patrimônio histórico e cultural e, (v) melhoria da qualidade de vida devido à implantação de infraestrutura de serviços básicos, além do fortalecimento dos Municípios para a operação e manutenção desses serviços.
	2. ***Ambientais***. O Programa resultará nos seguintes principais impactos positivos ao meio ambiente: (i) melhoria da qualidade ambiental nas áreas do Programa, decorrente da gestão adequada de unidades de conservação e dos programas de conscientização ambiental; (ii) aumento do controle ambiental das áreas turísticas com criação e implantação de sistema de controle do fluxo turístico, respeitando a capacidade de carga dos pontos de turismo ecológico, como trilhas, rios e igarapés; (iii) melhoria dos serviços de saneamento básico; (iv) estruturação e consolidação das unidades de conservação.
6. Adicionalidade do BID
	1. Protocolo de atuação em assuntos indígenas e comunitários. O Programa terá uma ênfase especial na situação de marginalidade e vulnerabilidade que várias das populações indígenas ou remanescentes indígenas (assim como quilombolas e reibeirinhas) experimentam, principalmente em relação às oportunidades de turismo, nas áreas de intervenção propostas para o desenvolvimento do ecoturismo. O ecoturismo já é realizado nas áreas onde vivem estas populações, no entanto, não existe, por parte da SETUR, um protocolo que determine como o turismo poderá ser harmonizado e integrado com as ações que estas populações já desenvolvem como parte do seu modo de vida (e.g., produção artesanal, pesca artesanal, participação em rituais, etc.). Nesse sentido, o Programa é inovador, e oferecerá ao Estado do Pará, através da SETUR, a oportunidade de iniciar um diálogo com as populações indígenas e tradicionais para desenvolver uma integração culturalmente apropriada destas populações com os benefícios do Programa. Para apoiar na elaboração deste protocolo, o Programa apoia um mapeamento cultural que inclui, entre outras ações, uma identificação de todas as comunidades e populações existentes no território, assim como o reconhecimento dos aspectos de sua cultura, material e imaterial. Também serão apoiados outros estudos específicos e projetos pilotos.
7. Gestão e Monitoramento dos Impactos e Riscos Identificados
	1. O sistema de gestão proposto se baseia em dois documentos fundamentais: (i) o Manual de Planejamento e Gestão Ambiental e Social (MPGAS), que já existe para todas as operações estaduais do Prodetur Nacional e faz parte do Regulamento Operativo do Prodetur Nacional. Entre outros aspectos, o regulamento inclui anexos técnicos que orientam na realização dos diferentes tipos de projetos a ser incluídos nos programas de turismo nos estados.; e, o (ii) Manual Operativo (MOP) do Programa Prodetur Pará, que inclui as instruções para elegibilidade dos projetos, os requisitos de preparação e execução de cada tipo de intervenção, assim como as diretrizes e exigências socioambientais para os projetos de saneamento (água potável e esgotamento sanitário), terminais hidroviários, e outros que podem produzir impactos socioambientais mais significativos.
	2. Entre os principais procedimentos estabelecidos para o Programa está a exigência de uma avaliação ambiental preliminar, durante a etapa de estudos de concepção e alternativas; e EIA, RIMA e PBA (Plano Básico Ambiental) para os projetos que promovem impactos mais significativos, como os de saneamento e atracadouros, de acordo com as exigências da SEMA e da política de cumprimento com salvaguardas ambientais do BID (OP-703).
	3. As medidas mitigadoras e de controle ambientais e sociais deverão estar consolidadas em um Plano Básico Ambiental (PBA), que, além de ser o instrumento necessário à obtenção da Licença de Instalação, será utilizado para a gestão ambiental e social do empreendimento e fará parte dos contratos de construção.
8. Esquema de Gestão
	1. O Programa será executado pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), através de uma Unidade Coordenadora do Programa (UCP), que terá total responsabilidade sobre a administração geral, supervisão e avaliação do Programa. Para apoiá-la nesta tarefa, a UCP contratará uma firma gerenciadora (UGP), que trabalhará com a UCP na execução dos procedimentos técnicos, inclusive com a supervisão do programa, incluindo a supervisão ambiental de obras. A UCP e a UGP deverão ter em seus quadros especialistas técnicos, entre eles um especialista socioambiental. Os integrantes da UCP deverão ser designados antes do primeiro desembolso.
9. Monitoramento e Supervisão
	1. **Supervisão da Execução de Projetos.** A SETUR será responsável pela supervisão técnica e socioambiental dos investimentos executados, devendo contratar empresas independentes para supervisionar todas as obras de infraestrutura e de valorização (água e esgoto, resíduos sólidos, urbanização de áreas turísticas, e atracadouros náuticos, conforme for o caso). A SETUR deverá obter a participação efetiva das demais instituições setoriais participantes, como por exemplo, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), a Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEIDURB), Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP), além das prefeituras municipais, assim como de empresas de supervisão e de auditorias independentes.
	2. A SETUR deverá preparar os relatórios de supervisão e consolidar todos os relatórios preparados (inclusive os de supervisão de obras) para inclusão nos relatórios de progresso da execução do Programa.
	3. A SETUR deverá obter do órgão estadual de meio ambiente o relatório de fiscalização ambiental para sua incorporação ao relatório de supervisão.
	4. Ao final de cada semestre, a UCP deverá contratar a realização de auditoria ambiental e social de projetos selecionados de infraestrutura, cujos resultados serão incorporados ao relatório semestral de execução.
	5. A UCP será responsável pela supervisão da atuação de outros órgãos eventualmente envolvidos na execução das ações do Programa, em todas as suas fases de execução, assim como na futura operação e manutenção dos sistemas dele resultantes.
	6. **Indicadores para o acompanhamento e avaliação do Programa.** O sistema de acompanhamento e avaliação será baseado nos indicadores de produtos, resultados e impactos do Marco de Resultados elaborados para o Programa. A Matriz de Resultados do Programa estabelece os indicadores de produtos e resultados esperados para o componente de gestão ambiental e social do Programa. A SETUR será responsável pela coleta anual das informações e dados para a medição destes indicadores, utilizando as bases de dados existentes. A informação sobre os aspectos ambientais e sociais deverá ser incluída nos relatórios semi-anuais, anuais, assim como nas avaliações de meio-termo e finais sobre a execução do Programa. Cabe a SETUR, ainda, proporcionar os meios e as condições necessárias às inspeções e auditorias a serem realizadas por representantes do BID e outros órgãos interessados, no local das obras e atividades, mantendo toda a documentação relativa ao Programa arquivada, e a disposição dos inspetores e auditores. O envio de documentos ao Banco, como por exemplo, termos de referencia, estudos de impacto ambiental, licenças ambientais, deverá ser realizado pela SETUR sempre que necessário.
	7. **Orçamento para ações de supervisão e monitoramento.** O Programa conta com um orçamento adequado para as ações de gestão socioambiental, incluído no Componente 5 - Gestão Socioambiental. O total de US$ 6.88 milhões encontra-se detalhado no POD. O orçamento para a contratação do(s) especialista(s) socioambiental(is) está previsto dentro das ações de apoio ao gerenciamento do Programa. O orçamento de planos de reassentamento e compensação, caso sejam necessários, deverão estar integrados no orçamento das obras correspondentes.
10. Requerimentos a Serem Incluídos nos Acordos Legais do Projeto

Este Relatório apresenta ao Banco os aspectos que darão a viabilidade socioambiental do Programa, e confirma que o Programa, tal como formulado e preparado, cumpre com os requisitos essenciais para atingir seus objetivos de melhorar a qualidade e sustentabilidade do produto turístico do Pará. Para formalizar os compromissos de implementação e assegurar o seguimento destes requisitos, se contemplarão os seguintes aspectos:

* 1. O Banco deverá exigir como parte do Contrato de Empréstimo que o Mutuário cumpra com os seguintes requisitos:
	2. **Durante toda a vigência do Contrato o Mutuário deverá cumprir com**:
		1. Todos os requisitos da lei brasileira relativos a aspectos de meio ambiente, social, relações de trabalho, saúde e segurança que se apliquem ao Programa.
		2. Todos os requisitos associados com licenças ou autorizações de caráter ambiental, social, saúde e segurança, e relações de trabalho que se apliquem ao Programa, ao Mutuário ou outras partes responsáveis pela execução da operação ou por medidas de mitigação.
		3. Todos os aspectos, componentes e requisitos estabelecidos nos documentos de natureza ambiental, social, saúde e segurança, e relações de trabalhos desenvolvidos e acordados entre o Banco e o Mutuário durante a análise da operação, entre eles o Manual de Operações do programa, e seus anexos técnicos, o Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do Prodetur Nacional; Diretrizes para a Elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA); Controle Ambiental e Gestão das Obras, e demais Anexos Técnicos; Padroes de desempenho tecnicos acordados para o Programa tomando em conta as Guias Voluntárias Akwé: Kon, estabelecidas em 2000, pela Conferencia das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e as Guias Ambientais, Sociais e de Saúde e Segurança Gerais do Grupo doe Banco Mundial e as Guias Setoriais da Corporação Financeira Internacional para Turismo e setores correlatos.
		4. Todos os mecanismos e planos de gestão descritos nos Capitulos IV e V do presente IGAS
		5. Todas as medidas necessárias para assegurar que os contratos realizados entre o Mutuário e empreiteiras de obras ou demais órgãos executores da construção e ou operação de atividades do Programa contenham os requisitos ambientais, sociais, de saúde e segurança e de relações de trabalho acordados entre o Banco e o Mutuário.
		6. O Mutuário deverá consultar o Banco antes de aprovar ou implantar qualquer mudança significativa com respeito ao Programa, ao seu Manual Operacional ou outros regulamentos.
	3. **Antes do Primeiro Desembolso, o Mutuário deverá**:
		1. Apresentar evidencia de haver concluído a fase de lista curta para a seleção da firma gerenciadora que apoiará a UCP. A firma gerenciadora deverá apoiar a UCP com os procedimentos de caráter ambiental e social, e apoiará na supervisão do Programa (incluindo a supervisão das obras) para o qual devera contar com pessoal especializado dedicado a estas atividades.
		2. Apresentar evidencia sobre a entrada em vigor da versão definitiva do Manual Operativo do Programa (MOP), que incluirá o Plano de Gestão Ambiental e Social do Programa (PGAS) elaborado com base neste documento (IGAS).
		3. Apresentar evidencia de designação do coordenador geral e dos outros coordenadores que integram a UCP, inclusive o especialista socioambiental.
		4. Apresentar evidencia da entrada em vigência da versão definitiva do Manual de Operação do Programa (MOP) nos termos previamente acordados com o Banco e contemplando os aspectos delineados no parágrafo 6.2.
	4. **Durante a execução do Programa, o Mutuário deverá**:
		1. Apresentar evidencia da entrada em vigor do PGAS e de seus mecanismos de supervisão; e implementação do protocolo de atuação para áreas com comunidades tradicionais;
		2. O Prestatário deverá executar o programa de acordo ao PGAS e cada projeto de acordo ao seu respectivo PPGAS, segundo aplicável, e relatar sobre estes planos semestralmente;
		3. Antes de autorizar a licitação de qualquer obra, verificar a disponibilidade da licença de instalação e/ou dos planos de mitigação, e a inclusão dos requisitos e custos correspondentes no edital.
		4. Antes do inicio material de toda e qualquer obra do Programa: verificar o cumprimento das licenças pertinentes, e a contratação da empresa supervisora com os elementos socioambientais pertinentes.
		5. Manter o Banco informado sempre que tiver conhecimento sobre algum descumprimento socioambiental de sua parte, ou de outras partes envolvidas na execução de atividades da operação.
		6. Antes do início da abertura do primeiro processo de contratação de obras sob sua titularidade, o Mutuário ou o órgão executor (estadual ou municipal) deverá apresentar evidência de ter iniciado a implementação de atividades de fortalecimento institucional de sua gestão turística, a qual abrange principalmente a gestão dos aspectos ambientais e sociais que incidem diretamente sobre a atividade turística.
		7. Durante a execução do Programa, para a efetiva gestão ambiental e social dos empreendimentos, os contratos com as construtoras devem contemplar cláusulas relativas à medição e pagamento das atividades dos programas de mitigação de impactos e controle ambiental e social, contratação de especialistas em meio ambiente, conforme especificações descritas no Anexo do MOP relativo ao Controle e Monitoramento Ambiental e Social das Obras.
		8. Todos os Termos de Referência (TdR), desenvolvidos como parte do Programa, e com pertinência às questões ambientais e sociais, incluindo itens desenvolvidos no âmbito do Componente 5, mas também aqueles itens relacionados com o desenvolvimento de certos produtos de turismo cultural, entre outros, deverão ser apresentados ao INE / RND e VPS / ESG para revisão, a fim de garantir a conformidade com todas as salvaguardas sociais e ambientais aplicáveis​​ (OP-703; OP-102; OP-761; OP-765; OP-710).
		9. Aos nove meses da assinatura do contrato de empréstimo, apresentar para a aprovação do Banco, a versão preliminar do Protocolo de atuação em comunidades indígenas e tradicionais e o plano de trabalho para a execução dos estudos, projetos piloto e apresentação da versão final do protocolo. O plano de trabalho servirá de base para a implementação e monitoramento (incluindo a preparação dos informes correspondentes) desta atividade durante o restante da execução.
		10. Apresentar os relatórios conforme frequência e conteúdo descritos no MOP, ressaltando-se, porem, os seguintes aspectos, entre outros:
			1. Semestralmente, informações sobre o processo de comunicação realizado com as comunidades existentes na área de atuação do Programa, para consultar, articular, e receber a participação destas comunidades no desenvolvimento dos projetos incluídos no Programa, em especial os relacionados com o desenvolvimento de turismo cultural.
			2. Semestralmente, informações sobre o processo de consulta pública realizado como parte dos estudos de impacto ambiental, demonstrando como se procedeu a comunicação e participação dos atores interessados, em particular, nos casos em que envolvam comunidades tradicionais (indígenas, remanescentes, ribeirinhas, quilombolas), conforme se aplica.
			3. Semestralmente, informes de progresso que demonstrem o avanço satisfatório das atividades do componente de gestão socioambiental.

ANEXO I

CUMPRIMENTO DE POLITICAS BID

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **POLÍTICAS DO BANCO** | **DIRETRIZ** | **CUMPRIMENTO PELO MUTUÁRIO** | **REFERÊNCIA** |
| **Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas** **OP-703** | Supervisão e Cumprimento – **B.7.** | O BID deverá acompanhar o processo de licenciamento ambiental das obras do Programa, a elaboração dos programas de controle e mitigação e a implantação do sistema de gestão ambiental do Programa. | AAE, EIA/RIMA e PBA. |
| Identificação de Impactos Trans-fronteiriços - **B.8.**  | Não se aplica ao Programa. | \_ |
| Comprometimento de Habitats Naturais e Sítios Culturais – **B.9.** | Os impactos sobre os habitats naturais e sítios culturais foram considerados na AAE e deverão ser detalhadamente avaliados nos EIA/RIMAs dos projetos de infraestrurura. O Programa inclui entre os seus objetivos, a recuperação de áreas degradadas e Áreas de Preservação Permanente (APP). | AAE, EIA/RIMA, PCAO e PBA. |
| Materiais Perigosos – **B.10.** | Não se aplica ao Programa. | \_ |
| Prevenção e Redução da Contaminação – **B.11.** | A contaminação decorrente da implantação do Programa diz respeito a movimentação de veículos durante as obras (fumaça e derramamento de material sedimentar nas via públicas) e ao derramamento de óleos e graxas durante operação dos canteiros de obra.Para a prevenção e redução da contaminação foi desenvolvido o PCAO.  | EIA/RIMA, PCAO e PBA. |
| **Política sobre Disponibilidade de Informação – Ago. 2006** | Avaliação de Impacto Ambiental - **§ 8** | O Diagnóstico da AAE foi apresentado e discutido com as comunidades dos Pólos. Concluída a AAE, novas reuniões públicas deverão ser realizadas. Os EIA/RIMAs dos projetos de infraestrutura também deverão ser discutidos com as comunidades dos Pólos.  | AAE, EIA/RIMA. |
| **Reassentamento Involuntário – OP-710** | Indenização e Reabilitação. | Serao elaborados planos de reassentamento e/ou compensação de acordo ao marco estabelecido no Manual Operativo, caso se identifiquem impactos desta natureza. | Plano de Reassentamento Involuntário de População e Ati-vidades Econômicas |
| **Política Operacional sobre Povos Indígenas –OP-765** | * Apoiar o desenvol-

vimento com identi-dade dos povos indígenas, incluindo o reforço de suas capacidades de governança.* Salvaguardar os povos indígenas e seus direitos dos impactos negativos e da exclusão em projetos financiados pelo Banco .
 | Na região onde é situado o Pólo encontra-se uma densa tradição cultural indígena, expressa nas várias heranças de pertencimento étnico, como o Festival do Sairé, o artesanato tapajônico e uma rica gastronomia, além da própria presença de etnias indígenas, algumas remanescentes como os Arapiuns e os Borari, além de outras que embora localizadas em municípios limítrofes são aglutinadas nesta região, tendo o município de Santarém como referência (Zoé, Wai wai, Katuena, Hixkaryana, Xereu, Mawayana, Tiriyó e Karahawyana)*.*Plano de comunicação, consulta e interação com as comunidades afetadas e Protocolo de atuação em comunidades indígenas e tradicionais; atenção ao turismo cultural como produto que busca preservar e respeitar a cultura local. | A PARATUR preparou a Proposta de Mapeamento Cultural para Fins Turísticos – Áreas Indígenas, Quilombolas e Comunidades Ribeirinhas, necessário ao conhecimento dessas populações, antes da implementação de qualquer programa turístico relacionado com essas comunidades. |
| **Política de Gênero – OP-761** | * Incluir atenção a igualdade de genro no TDR dos componentes especialmente, consulta, atividades produtivas, e atenção a riscos de saúde e turismo sexual
 |  | TDR |

1. As Ilhas de Combu, Mosqueiro, Cotijuba e Caratateua fazem parte do Polo Belém. Esta delimitação foi criada pela Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) para a elaboração de um planejamento estratégico integrado. O Polo Tapajós inclui Belterra e Santarém; e, o Polo Marajó inclui Soure, Salvaterra, e Ponta de Pedras. [↑](#footnote-ref-1)
2. O Estado é marcado pela presença de importantes biomas brasileiros, como a Floresta Amazônica, o Cerrado, e áreas de transição, além de bacias hidrográficas importantes, como a do Amazonas, do Xingu e Teles Pires-Tapajós. [↑](#footnote-ref-2)
3. O Museu Emílio Goeldi, há 145 anos estuda o homem e a natureza da Amazônia, incluindo pesquisas em Ciências Humanas no Estado do Pará e demais áreas amazônicas. [↑](#footnote-ref-3)
4. Nas Ilhas, o tráfego de veículos ainda é pequeno e flui normalmente, e outros meios de transporte são utilizados, como charretes movidas por tração animal, bondinhos, bicicletas. [↑](#footnote-ref-4)
5. A Ilha de Mosqueiro, por exemplo, recebeu cerca de 20 mil pessoas durante as férias de Julho de 2009. Resumo Executivo do Polo Belém – PA, Novembro 2010. [↑](#footnote-ref-5)
6. O Estado do Pará possui um índice de áreas protegidas bastante significativo, figurando como o Estado brasileiro com o maior número de Unidades de Conservação (UC). [↑](#footnote-ref-6)
7. Segundo informação da AAE, o termo “populações remanescentes” indígenas e uma denominação auto-adscrita por alguns grupos que estao passando por um movimento de reafirmação étnica que teve início no final da década de 1990, em contraposição pelos indígenas ao termo de “populações tradicionais” que lhes passou a ser oficialmente atribuída com a criação das UCs na região. Atualmente, enquanto o processo de demarcação de suas terras não está finalizado, eles se consideram como “populações remanescentes” indígenas. O Executor, as comunidades e ate mesmo funcionários da FUNAI regional utilizam a denominação para descrever estas comunidades que se encontram em um processo de reivindicação territorial e recuperação cultural, inclusive do idioma nativo. [↑](#footnote-ref-7)
8. As etnias que habitam a microrregião de Santarém são: Arara Vermelha, Arapium Borari, Tapajó, Tupaiu, Tapuia, Kumaruara, Munduruku-Taquara, Apiaká, Jaraqui e Tupinambá. [↑](#footnote-ref-8)
9. O Programa Municípios Verdes (PMV) é uma iniciativa do governo do estado, lançado em 2011 (Decreto Estadual N. 54), para tentar reduzir o desmatamento de forma consistente e significativa, e, ao mesmo tempo, promover a mudança da base da economia rural do Estado em direção a uma economia de baixo carbono e maior valor agregado. O PMV tem três eixos estratégicos: (i) ordenamento ambiental e fundiário; (ii) gestão ambiental compartilhada; e, (iii) apoio a produção sustentável. Entre outras metas do Programa está a redução de 80% do desmatamento até 2020, a redução de degradação florestal (foto) em áreas florestais, e apoio à regularização fundiária nos imóveis rurais. [↑](#footnote-ref-9)